



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Comissão de Organização Judiciária, Regimento,
Assuntos Administrativos e Legislativos

RELATÓRIO DE EXERCÍCIO – 2023

Setor Informante: Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos.

MACRODESAFIO: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

A Comissão Permanente de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos (COJ) está prevista no artigo 51 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, competindo-lhe opinar e votar sobre todos os assuntos relativos à Organização Judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de primeiro e segundo graus, submetendo textos ao Tribunal Pleno após a aprovação de seus membros; propor alterações de ordem legislativa ou de atos normativos do próprio Poder Judiciário; realizar o controle e o acompanhamento de projetos encaminhados à Assembleia Legislativa; emitir parecer sobre proposta de alteração do Regimento Interno e manter atualizado seu texto, de acordo com as alterações decorrentes de emendas.

A composição da referida Comissão para o biênio 2023/2025 foi definida através da Portaria nº 603/2023-GP, de 8 de fevereiro de 2023, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Roberto Gonçalves de Moura, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, contando em sua composição com o Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça; o Exmo. Sr. Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto; o Exmo. Sr. Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães; e o Exmo. Sr. Pedro Pinheiro Sotero.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Comissão de Organização Judiciária, Regimento,
Assuntos Administrativos e Legislativos

No ano de 2023, foram realizadas 9 (nove) Reuniões Ordinárias e 2 (duas) Reuniões Extraordinárias pela COJ, possibilitando a análise de 27 (vinte e sete) propostas de atos normativos encaminhados por diversos setores do TJPA, dentre eles, Presidência, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças.

Os 27 (vinte e sete) processos analisados pela Comissão foram encaminhados ao Tribunal Pleno do TJPA para aprovação, sendo que 4 (quatro) projetos foram retirados de pauta para alterações e 23 (vinte e três) propostas foram aprovadas, dando origem a 15 (quinze) Resoluções, 4 (quatro) Anteprojetos de Lei e 4 (quatro) Emendas Regimentais, conforme demonstrativo a seguir:

- **Resolução nº 3, de 5 de abril de 2023** - Determina que seja adotado, em caráter permanente, o "Juízo 100% Digital" no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA), nos termos da Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- **Resolução nº. 4, de 5 de abril de 2023** – Regulamenta a remuneração de conciliadores(as) e mediadores(as) judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **Resolução nº. 5, de 5 de abril de 2023** - Dispõe sobre o cadastramento, atuação, afastamento e exclusão das Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- **Resolução nº. 6, de 5 de abril de 2023** - Determina o retorno às atividades presenciais a todos(as) os(as) integrantes do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA), ratificando os termos da Portaria nº 3229/2022-GP, de 29 de agosto de 2022; altera o texto do art. 4º da Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, que regulamentou o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do PJPA; e dá outras providências;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Comissão de Organização Judiciária, Regimento,
Assuntos Administrativos e Legislativos

- **Resolução nº. 7, de 5 de abril de 2023** - Altera a Resolução nº 17, de 8 de setembro de 2021, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que regulamenta as condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais, doença grave ou que sejam pais, mães ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **Resolução nº. 8, de 12 de abril de 2023** - Altera a denominação da 13ª Vara Criminal de Belém, prevista na Resolução nº 26, de 26 de novembro de 2014, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), para Vara de Crimes Contra o Consumidor e a Ordem Tributária, e delimita suas competências;
- **Resolução nº. 9, de 12 de abril de 2023** - Altera a Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que regulamenta o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, de acordo com o disposto na Resolução nº 354, de 19 de novembro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- **Resolução nº. 10, de 12 de abril de 2023** - Institui a Política de Equidade e Diversidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **Resolução nº. 11, de 10 de maio de 2023** - Consolida as disposições sobre a localização das sedes e jurisdição das Varas Agrárias do Estado do Pará;
- **Resolução nº. 13, de 16 de agosto de 2023** - Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 16, de 1º de junho de 2016, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que regulamenta o serviço de Plantão Judiciário do Poder Judiciário do Estado do Pará em 1º e 2º graus;
- **Resolução nº. 14, de 11 outubro de 2023** - Altera a Resolução nº 17, de 8 de setembro de 2021, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que regulamenta as condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais, doença grave ou que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Comissão de Organização Judiciária, Regimento,
Assuntos Administrativos e Legislativos

sejam pais, mães ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;

- **Resolução nº. 15, de 8 de novembro de 2023** - Redefine as competências e altera as denominações das unidades judiciárias da Comarca de Conceição do Araguaia;
- **Resolução nº. 16, de 22 de novembro de 2023** - Dispõe sobre a instalação da Vara de Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Altamira;
- **Resolução nº. 17, de 13 de dezembro de 2023** - Regulamenta a licença pelo exercício cumulativo de jurisdição, prevista na Lei Estadual nº 10.196, de 27 de novembro de 2023;
- **Resolução nº. 18, de 13 de dezembro de 2023** - Dispõe sobre a instalação de 4 (quatro) Turmas Recursais Permanentes dos Juizados Especiais e define suas competências;
- **Anteprojeto de Lei** – Dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro e fixa os valores devidos pelos atos praticados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **Anteprojeto de Lei** – Dispõe sobre o exercício cumulativo de jurisdição pelos magistrados de 1º e 2º graus do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **Anteprojeto de Lei** – Dispõe sobre a criação de 3 (três) Turmas Recursais Permanentes dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- **Anteprojeto de Lei** – Dispõe sobre a instituição do Prêmio de Desempenho e Inovação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **Emenda Regimental nº. 29, de 17 de maio de 2023** - Revoga os incisos I e II e os §§ 2º e 3º do art. 111 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- **Emenda Regimental nº. 30, de 16 de agosto de 2023** - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para adequá-lo às disposições sobre sustentação oral de advogados, incluídas na Lei nº 8.906, de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Comissão de Organização Judiciária, Regimento,
Assuntos Administrativos e Legislativos

4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Lei nº. 14.365, de 2 de junho de 2022;

- **Emenda Regimental nº. 31, de 16 de agosto de 2023** - Altera a redação do inciso IV do art. 30, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- **Emenda Regimental nº. 32, de 20 de setembro de 2023** - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para atualizar a nomenclatura da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), e dá outras providências

Por oportuno, ressalto que os atos normativos aprovados permitem a implementação de diversas ações no âmbito do Poder Judiciário, bem como atendem a demandas provenientes do Conselho Nacional de Justiça.

Belém, 15 de dezembro de 2023.


THAISA CAREPA CASTRO

Secretaria da Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos
Administrativos e Legislativos

